

Moreira Mariz



Reunião da CPI dos Correios: relator Osmar Serraglio (E) e presidente Delcídio Amaral (C) querem laudo da PF sobre documento

CPI aguarda o que Polícia Federal tem a dizer sobre "lista de Furnas"

A CPI dos Correios vai esperar o pronunciamento da Polícia Federal a respeito da autenticidade da chamada "lista de Furnas" antes de prosseguir com as investi-

gações sobre o assunto. Essa é a posição do presidente e do relator da CPI, senador Delcídio Amaral e deputado Osmar Serraglio. A lista, supostamente assinada pelo

ex-diretor de Furnas Dimas Toledo – que nega sua veracidade –, relaciona nomes de 156 políticos que teriam recebido recursos de caixa dois.

Página 3

Diretor da Centrus admite prejuízo de R\$ 32 milhões

Ricardo Castro Melo reconhece que perda decorreu da compra de CDBs do Banco Santos. A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão também ouviu ontem um diretor do Portus, que, segundo ACM Neto, é o fundo em pior situação financeira.

Página 3



Castro Melo (C), ao lado de ACM Neto (D), depõe na sub-relatoria da CPI dos Correios

Simon teme acordão, Suplicy defende PT

O senador Pedro Simon advertiu ontem para a possibilidade de acordos partidários corporativistas esvaziarem os trabalhos das CPIs que estão funcionando no Congresso. Em resposta, o

presidente e o relator da CPI dos Bingos, Efraim Morais e Garibaldi Alves, garantiram que aquela comissão entregará o relatório final até 25 de abril. Simon teme que se salvem deputados cujos

processos de cassação foram aprovados pelo Conselho de Ética. Já Eduardo Suplicy disse que os críticos do PT devem lembrar-se de que a maioria dos integrantes do partido é honesta.

Página 5

Paraguai e Uruguai ficam com a maior parte dos recursos, conforme proposta enviada ao Congresso

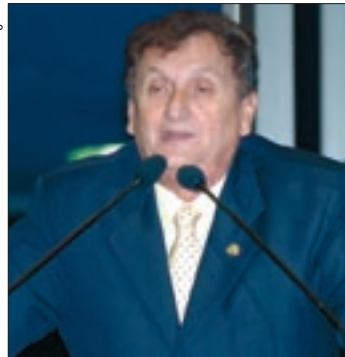
Fundo deve ajudar pobres do Mercosul

A exemplo de Portugal e Espanha, que receberam recursos dos países da União Européia para se desenvolver, o Paraguai e o Uruguai podem ser beneficiados por um fundo criado pelos integrantes do Mercosul. Cons-

tituído por contribuições anuais de US\$ 100 milhões, o fundo reverte aos Estados membros na forma de benefícios, que serão menores no Brasil e na Argentina e maiores no Paraguai e no Uruguai.

Página 2

Waldemir Rodrigues



Moreira Mariz



Mão Santa (E) sugere rejeitar o veto que, segundo Agripino, foi anunciado às pressas

Agripino e Mão Santa criticam veto a solução para dívida agrícola

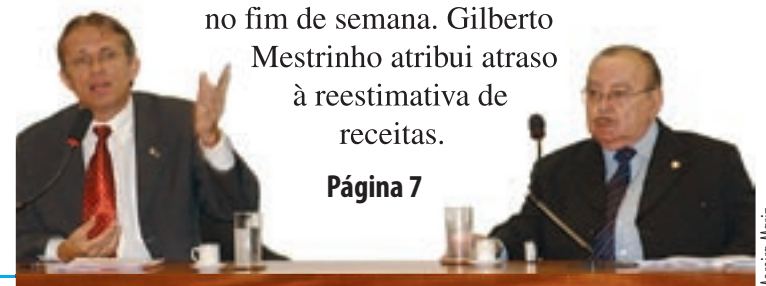
Senadores lembram que proposta foi amplamente discutida no Senado antes de sua aprovação e rejeitam argumento de que ricos seriam beneficiados.

Página 6

Orçamento pode ser votado depois do carnaval

Para apresentar o relatório final até segunda-feira, Carlito Meross (E) deve trabalhar no fim de semana. Gilberto Mestrinho atribui atraso à reestimativa de receitas.

Página 7



Moreira Mariz

Proposta de criação de um fundo para beneficiar as economias menores e as regiões menos desenvolvidas do Mercosul começa a ser estudada logo após o carnaval



Comissão Conjunta do Mercosul vai analisar criação de fundo

A garantia de aporte de recursos para as economias menores e para as regiões menos desenvolvidas do Mercosul começará em breve a tornar-se mais próxima da realidade. Proposta com esse objetivo será analisada na primeira reunião da representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) logo após o carnaval. Trata-se de mensagem presidencial que submete ao Congresso Nacional a Decisão 18/05, do Conselho do Mercado Comum, que institui o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem).

O texto já conta com parecer favorável do relator, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), e será ainda submetido – após exame da CPCM – a três comissões permanentes e ao Plenário da Câmara, antes de seguir para o Senado.

O fundo será composto por contribuições anuais não-reem-

bolsáveis de US\$ 100 milhões, quantia que será alcançada após um período de transição de três anos. Ao Brasil, que detém a maior economia, caberá contribuir com 70% do total. A Argentina participará com 27%, o Uruguai, com 2%, e o Paraguai, com apenas 1%. Os maiores beneficiados com os recursos serão o Paraguai, com 48%, e o Uruguai, com 32%. O Brasil e a Argentina receberão 10%, cada um, das verbas destinadas aos programas.

– A criação do Focem constitui um marco histórico para o processo de integração do Mercosul, porquanto representa iniciativa concreta, há muito reclamada pelas economias menores do bloco, no sentido de diminuir as assimetrias entre os Estados-partes – afirmou Dr. Rosinha em seu relatório, no qual lembra a existência de fundos estruturais semelhantes na União Européia

para beneficiar as regiões menos desenvolvidas.

No caso da Europa, países como Portugal e Espanha receberam forte impulso ao desenvolvimento com os recursos dos fundos estruturais. No Mercosul, deverão ser beneficiados, entre outros, projetos de reorganização produtiva e trabalhista e de integração de cadeias produtivas. Poderão ainda ser beneficiadas iniciativas de natureza social, como projetos de redução da pobreza e do desemprego.

A primeira contribuição ao Focem deverá ocorrer até 90 dias depois de todos os parlamentos do Mercosul terem ratificado a Decisão do Conselho do Mercado Comum. O fundo terá, inicialmente, a vigência de dez anos. Uma vez concluído esse prazo, estabelece o documento, os países do bloco discutirão a conveniência de se manter ou não o Focem.

Almeida Lima quer plebiscito para convocar assembléia constituinte

O eleitor brasileiro poderá vir a opinar se aprova ou não uma assembléia para elaborar nova Constituição para o país. É o que sugere o projeto de decreto legislativo (PDS 519/05) de autoria do senador Almeida Lima (PMDB-SE) que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Entendo que o Estado deve ser a vontade da população. Por isso, ela não pode deixar de ser ouvida no início de um processo dessa envergadura – afirmou Almeida Lima.

A proposta estabelece que o plebiscito ocorrerá juntamente com o período das eleições



Segundo Almeida Lima, plebiscito ocorrerá juntamente com as eleições

deste ano, e, se a decisão for favorável à convocação de uma assembléia nacional constituinte, seus membros serão eleitos em 2008, quando haverá pleito para a escolha de novos prefeitos e vereadores.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Votações serão retomadas na próxima terça

A sessão de hoje, às 9h, é não-deliberativa, ou seja, sem votações. Os senadores retomam a análise de projetos na terça-feira, às 14h, já que na segunda, normalmente, também

não são realizadas votações na Casa. Estão em pauta vários projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos internacionais firmados pelo Brasil.

Comissão de Reforma do Regimento

Na segunda-feira, às 18h, está prevista reunião administrativa da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno. Criado em 2005,

o colegiado vai consolidar as propostas de alterações ao Regimento do Senado, com o objetivo de agilizar a tramitação de matérias.

CPI dos Correios

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios, tem reunião marcada para as 11h da segunda-feira. Vai ouvir os operadores de mercado Lúcio Bolonha Funaro, Fabiana Carnaval Carneiro e Rogéria Costa Beber.

Carnaval na Rádio

O programa *Prosa e Verso*, apresentado pela Rádio Senado, no sábado, às 9h, com reprise no domingo, às 16h, analisa a História do Brasil por meio de prodigiosos sambas-enredo, como *Exaltação a Tiradentes*, da Império Serrano.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores João Alberto Souza, Paulo Octávio, Mozarildo Cavalcanti e Luiz Otávio e pela senadora Heloísa Helena

Presidente e relator da CPI dos Correios anunciam que ficarão paralisadas temporariamente as investigações sobre a chamada "lista de Furnas"

Ex-sócio da Aerpostal se diz usado por Kfourri

O ex-sócio da empresa Aerpostal Sérgio Perrenoud Vignoli afirmou ontem à Sub-Relatoria de Contratos, da CPI dos Correios, que teria sido enganado por seu parceiro comercial, Roberto Kfourri, e que não teve nenhuma participação em ações de fraude em licitações nos Correios.

– Roberto Kfourri teve grande influência nisso. Ele nos utilizou para montar todo esse esquema.

A Aerpostal foi citada no relatório parcial da Sub-Relatoria de Contratos porque a comissão suspeita que a empresa teria participado do Pregão 045/2001, para provimento das linhas da Rede Postal Noturna (RPN), apenas para dar uma “aparência de legalidade ao processo”, que já seria uma espécie de “jogo de cartas marcadas”.

Sagrou-se vencedora a transportadora Skymaster, que, em seguida, subcontratou a Brazilian Airlines Transportes Aéreos (Beta). Skymaster e Beta são acusadas de conluio, superfaturamento de contratos, evasão de divisas e formação de quadrilha.

Depoentes negam irregularidades em empresas aéreas

A Sub-Relatoria de Contratos, da CPI dos Correios, ouviu ontem pessoas ligadas a empresas de transporte aéreo suspeitas de envolvimento em corrupção, entre elas Gilberto Setúbal, ex-gerente financeiro do grupo GPT, que englobava as empresas Beta e Promodal, e hoje trabalha na área financeira da Beta. O sub-relator, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), quis saber por que o depoente teria feito ameaças de denunciar irregularidades no GPT caso não recebesse o pagamento de dívidas relativas a direitos trabalhistas. Setúbal negou que tenha ameaçado fazer as denúncias e disse não ter conhecimento de pagamento de propinas a empresas ou a políticos.

O sub-relator também ouviu Dinaldo Galindo, ex-consultor das empresas Beta e Aerpostal. Galindo explicou que trabalhava com resgate de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e afirmou não ter nenhuma informação sobre esquemas de corrupção.



"Não podemos ficar tateando no escuro", afirma Delcídio Amaral (C), entre os deputados Osmar Serraglio (E) e Asdrúbal Bentes

CPI aguarda manifestação da PF sobre autenticidade de lista

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), informou na noite de quarta-feira que a comissão irá aguardar pronunciamento da Polícia Federal (PF) sobre a autenticidade da chamada “lista de Furnas” – contendo nomes de políticos que teriam recebido recursos de caixa dois administrados pela estatal – antes de prosseguir com as investigações sobre o assunto.

– Não podemos ficar tateando no escuro. Temos um prazo para concluir os trabalhos e nosso relatório não pode brigar com os fatos – alertou o presidente.

O relator do colegiado, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que voltou a afirmar que Furnas

não é assunto para a CPI dos Correios, foi ainda mais categórico.

– Enquanto não tivermos algo mais avançado por parte da Polícia Federal, não vejo por que continuar.

Uma cópia da lista, que relaciona nomes de 156 políticos que teriam recebido recursos de caixa dois administrados pela hidrelétrica na campanha de 2002, foi entregue à PF pelo lobista mineiro Nilton Monteiro. A lista é supostamente assinada por Dimas Toledo, diretor da estatal no período de 1996 a 2005, que depôs na quarta-feira na CPI e negou qualquer participação na elaboração do documento.

Alguns parlamentares, no entanto, como a senadora Ideli

Salvatti (SC), eleita líder do PT também na quarta-feira, acreditam que o lobista deve ser ouvido pela comissão.

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, recomenda cautela, seguindo a linha de raciocínio de Delcídio e Serraglio. Durante o depoimento de Dimas, Virgílio apresentou uma relação de acusações que pesam sobre Monteiro, a maioria delas relacionada à falsificação de documentos.

– Só voto na vinda do lobista se a PF disser que a lista é verdadeira. Se isso não acontecer, o ministro Márcio Thomaz Bastos [da Justiça] deve vir antes.

Essas questões deverão ser analisadas pela CPI na próxima terça-feira.

Dirigente da Centrus admite perda de R\$ 32 milhões

Ao depor na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios, o diretor-financeiro da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus), Ricardo Monteiro de Castro Melo, admitiu que o fundo teve um prejuízo de R\$ 32 milhões devido à intervenção do Banco Central no Banco Santos, em novembro de 2004, por ser detentor de certificados de depósito bancário (CDBs) desse instituição.

– É verdade, esses papéis simplesmente evaporaram; será impossível reavê-los.

Em sua defesa, Ricardo Castro Melo alegou que as fraudes nos balancetes do Banco Santos eram bem feitas, a ponto de não terem sido detectadas pelo Banco Central durante muito tempo. Ele disse,



Para Ricardo Castro Melo (D), os CDBs do Banco Santos “simplesmente evaporaram”

porém, que os investimentos de R\$ 50 milhões da Centrus no fundo Penfolds, também administrado pelo Banco Santos, não tiveram perdas.

Ricardo Castro Melo confirmou ter feito os investimentos no Banco Santos nos meses de maio e julho de 2004, poucos meses antes da intervenção. Ele negou, porém, ter sido beneficiado por propinas pagas pelos dirigentes do banco para incentivar a compra de CDBs dessa instituição financeira.

O deputado Carlos Willian (PTC-MG) perguntou detalhes sobre a venda de parte de ações da Companhia de Energia do Espírito Santo (Excelsa), que teria dado prejuízo de R\$ 200 milhões à Centrus. Para o depoente, a operação deu lucro de R\$ 40 milhões.

Sub-relator: Portus é o fundo de pensão em pior estado

O sub-relator de Fundos de Pensão da CPI dos Correios, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), afirmou ontem, ao final do depoimento de Adrei Antônio Degásperi, diretor-financeiro do Portus, que esse fundo de pensão é o que está em pior situação financeira dentre os investigados pela comissão. O Instituto de Seguridade Social Portus atende aos funcionários de diversas companhias portuárias do Brasil.

Na avaliação de Degásperi, em até quatro anos o Portus pode perder a capacidade de pagar os benefícios de seus 40 mil segurados se suas finanças não forem saneadas. O diretor-financeiro afirmou que o governo deve R\$ 1,1 bilhão ao fundo de pensão, além de um débito de mais de R\$ 700 milhões da Portobrás, estatal que foi desativada em 1990.

Prejuízos

Para Degásperi, as dificuldades financeiras do Portus se devem, sobretudo, ao sistema de benefícios definidos, adotado atualmente pelo fundo. Nesse sistema, o participante programa quanto receberá ao se aposentar, contribuindo de forma proporcional. Como a contribuição é variável, as empresas patrocinadoras também podem ter que fazer aportes maiores ou menores para garantir o pagamento dos benefícios. Quando não pagam, cria-se déficit atuarial, que é o caso do Portus. Degásperi atribui 80% das dificuldades financeiras do fundo a esse sistema e adiantou que o Portus passará a trabalhar com planos de contribuição definida, em que o benefício final pago ao participante dependerá das contribuições que ele fizer.

Investimentos malfeitos, em fábricas e *shoppings*, completariam a explicação do déficit do Portus. Outra operação que acarretou perdas para o fundo foi a troca das ações que possuía da Energisa S.A. por títulos públicos negociados pelo banco Cruzeiro do Sul. Na ocasião, julho de 2004, os títulos foram adquiridos pelo valor de face, R\$ 15 milhões, sendo que, no mercado, eles valiam aproximadamente 40% menos. Isto é, na operação ocorreu um prejuízo superior a R\$ 6 milhões. Degásperi, que então já era diretor, disse que, apesar da perda, os títulos tinham maior liquidez do que as ações da Energisa.

Julier Sebastião da Silva – que já foi filiado ao PT – inclui senador entre candidatos que teriam recebido, em 2002, recursos de João Arcanjo, o Comendador



Efraim (C) e Garibaldi ouvem depoimento em que Julier (E) relata suposto esquema de recursos para candidatos tucanos em MT, o que foi logo contestado por Antero (à esquerda da foto acima, acompanhado de Virgílio e Agripino)

Juiz aponta caixa dois na eleição de Mato Grosso

Em depoimento prestado ontem à CPI dos Bingos, o juiz Julier Sebastião da Silva, da 1ª Vara Federal de Cuiabá, confirmou a existência de caixa dois na campanha eleitoral de 2002 do PSDB, incluindo a do senador Antero Paes de Barros (MT), que, na época, era candidato ao governo de Mato Grosso. Parte do dinheiro da campanha de Antero, segundo o juiz, veio das empresas de propriedade de João Arcanjo Ribeiro – o Comendador –, que cumpre pena de 49 anos no Uruguai por lavagem de dinheiro, homicídio e controle do crime organizado.

Antero Paes de Barros, presente à reunião da CPI, chamou o juiz federal de “mentiroso” e informou que estava movendo contra ele dois processos. Para o senador, o magistrado estava depondo ali como uma espécie de “instrumento petista” instalado dentro do Poder Judiciário. Julier da Silva já foi filiado ao PT.

O parlamentar explicou que alguns cheques oriundos de um jantar destinado a arrecadar fundos para a campanha eleitoral, bancado pelo comitê do PSDB em agosto de 2002 – e que arrecadou R\$ 700 mil – foram trocados em uma das *factorings* de Arcanjo, “empresa que funcionava normalmente em Cuiabá”. Antero afirmou que a troca dos cheques foi realizada legalmente dentro da chamada operação de fomento mercantil. Acrescentou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou todas as contas da campanha, com relatório

favorável de um juiz federal.

Em resposta, Julier da Silva assinalou que as operações de fomento mercantil só podem ser feitas por empresas jurídicas comerciais, sendo a transação vedada a comitês eleitorais. No caso, observou o juiz, ficou clara a existência, no pleito, de fortes indícios de crime contra o sistema financeiro e abuso de poder econômico. Ele disse que determinou a abertura de inquérito policial contra Antero depois que o Ministério Público Federal concluiu que a Vip Factoring, empresa de Arcanjo, teria emitido, em nome do comitê eleitoral do PSDB, 84 cheques que totalizaram R\$ 240 mil. Garantiu ainda que Arcanjo contribuiu para a campanha do PSDB.

Antero refutou as acusações e disse ser o juiz “um magistrado patrocinado pelo governo Lula”, informando que, entre outras coisas, Julier – diretor do Fórum da Justiça Federal em Mato Grosso – conseguiu patrocínio da Caixa Econômica Federal para publicar um livro do juizado, no qual a foto dele aparece mais de 15 vezes.

Julier da Silva, que depôs como convidado, também é responsável pela abertura de um outro inquérito no estado, que pode representar nova linha de investigação do assassinato do prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, em 2002. Informou que o inquérito está na fase inicial e que o nome do empresário Ronan Maria Pinto – apontado como um dos responsáveis pela morte de Daniel – nem sequer aparece nos autos.

Antero anuncia: TRF aceitou queixa-crime contra juiz

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) comunicou ao Plenário que o Tribunal Regional Federal da 1ª região acolheu ontem queixa-crime apresentada por ele contra o juiz federal Julier Sebastião da Silva, por calúnia, injúria e difamação. Com a decisão do TRF, explicou o parlamentar, a ação prosseguirá e o juiz passará a ser réu.

– Essa decisão mostra que o sistema judiciário funciona. Durante a sessão da CPI dos Correios desta tarde [quinta-feira], o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) me cobrou o motivo pelo qual eu não teria procurado o juiz quando ele fez acusações contra mim. Disse que, em vez de procurá-lo, o processei. É assim que agem os homens civilizados. Não me deixo envolver pela emoção na defesa da minha honra – afirmou Antero.

"Homem de bem"

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que Antero Paes de Barros demonstrou, durante a reunião de ontem da CPI dos Bingos, “como um homem de bem se defende”. A comissão ouviu o juiz Julier Sebastião da Silva da 1ª Vara Federal de Cuiabá, que acusou Antero de uso de caixa dois em sua campanha eleitoral de 2002, com recursos advindos das empresas de propriedade de João Arcanjo Ribeiro, conhecido como o Comendador.

Virgílio observou que foi o próprio Antero quem denunciara Arcanjo, por financiar, via empresa de *factoring*, campanhas

eleitorais, antes mesmo de o juiz Julier ter condenado o empresário.

O líder tucano informou que pediu ao juiz que assinasse, antes de seu depoimento, termo de compromisso com a verdade. O magistrado, assinalou o senador, negou-se a assinar o documento, alegando que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) proibiria ato dessa natureza.

– A Loman o proíbe de assinar um compromisso com a verdade, mas não o proíbe de ir à TV para dar entrevistas sobre processos em andamento ou insinuar-se como candidato – salientou Virgílio, comentando entrevistas do juiz que foram mostradas durante o depoimento e lembrando que Julier já fora filiado ao PT.

Virgílio também mencionou um livro publicado pelo Fórum da Justiça Federal em Mato Grosso – do qual Julier é diretor – em que o juiz aparece em mais de 15 fotografias. O parlamentar assegurou que a publicação foi patrocinada pela Caixa Econômica Federal, que, segundo ele, é o banco em que o magistrado manda depositar as custas judiciais.

Bem-humorado, Virgílio comparou o confronto com uma competição esportiva. “Se fosse boxe, teria sido nocaute. Para ser menos violento, vamos falar de futebol, foi uma goleada. Que tenha sido uma lição” frisou o senador.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) apoiou o discurso de Arthur Virgílio e manifestou solidariedade a Antero.

Supremo mantém resolução que proíbe nepotismo

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve ontem, por maioria de votos, a validade da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que proíbe a contratação de parentes de magistrados, até o terceiro grau, para cargos de

chefia, direção e assessoramento no Poder Judiciário. Ou seja, proíbe a prática de nepotismo no Judiciário brasileiro.

A decisão foi em virtude do julgamento da medida cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 12,

ajuizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A AMB solicitou ao STF que confirmasse a constitucionalidade da norma do CNJ para pacificar entendimentos divergentes em tribunais de todo o país, que concederam liminares favoráveis

à permanência dos parentes em cargos de confiança.

A resolução proíbe a nomeação de parentes, até o terceiro grau, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores para cargos de direção e assessoramento do Poder Judiciário.



No texto lido por Paulo Octávio, Roriz propõe que Lula renuncie à reeleição

Paulo Octávio lê carta aberta de Joaquim Roriz

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) leu ontem, da tribuna do Senado, carta aberta em que o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, propõe que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva renuncie ao seu direito à reeleição e defende a prorrogação dos atuais mandatos para cinco anos e o fim da reeleição já para os eleitos em outubro do próximo ano. Neste período, o presidente convocaria todos os partidos para um governo suprapartidário “de união”, com o objetivo de resolver os problemas mais urgentes do país. Roriz sugere ainda que Lula se desligue do PT, de modo a caracterizar a proposta de governo de união como suprapartidária.

Paulo Octávio ressaltou que, na carta, Roriz se compromete a renunciar ao cargo de governador do Distrito Federal em dezembro deste ano, para que fique claro que não está advogando em causa própria.

Na carta, o governador do DF argumenta que essas medidas são necessárias tendo em vista a profundidade da crise política em que estaria mergulhado o país. Em sua opinião, não há espaço para a implantação das reformas essenciais que reparem “velhas injustiças sociais”, no atual ambiente político. Joaquim Roriz manifesta o temor de que a disputa eleitoral se dê “no mais baixo nível, entre verdades e mentiras, o que contribuiria para disseminar a idéia de que a política, além de desnecessária, é nociva”.

Paulo Octávio fez um apelo público ao governador, “em nome de Brasília e do Brasil”, para que ele participe das prévias do PMDB, em março, e se candidate à Presidência da República. Declarou que a legitimidade do governador para concorrer ao cargo estaria expressa nos 80% de aprovação popular, em seus quatro mandatos como governador do DF e nos programas sociais e obras realizadas em sua administração.

Para senador, com a possível paralisação das votações no carnaval, integrantes do PT e do PSDB podem deixar de ser convocados para responder denúncias nas comissões

Simon teme possibilidade de que acordos esvaziem CPIs

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse, ontem, lamentar que o PT e o PSDB estejam “priorizando o corporativismo político em detrimento dos trabalhos das CPIs que apuram denúncias contra integrantes de ambos os partidos”.

Simon entende que, com a possível paralisação dos trabalhos do Congresso por conta do período pré e pós-carnaval, as convocações de parlamentares e outros integrantes dos partidos que deveriam responder sobre denúncias nas CPIs dos Correios e dos Bingos dificilmente ocorrerão.

Segundo Simon, muitos parlamentares denunciados na então CPI do Mensalão, e cujos processos de cassação foram aprovados pelo Conselho de Ética da Câmara, poderão ser salvos “por um acordo imenso, onde PT e PSDB tentam livrar os meus e os teus”. O parlamentar disse ainda temer



Simon afirma que partidos priorizam corporativismo em detrimento das CPIs

que tudo acabe como a extinta CPI do Banestado, cujo relatório contendo informações e um dossiê comprometedor, enviado pelo Banco Central dos Estados Unidos, terminou arquivado no Senado “sem que ninguém fosse indiciado pela Justiça”.

– Na CPI dos Correios, pedi e me foram negados os arquivos da

CPI do Banestado, para confrontar apurações. Poderíamos não ter precisado de três CPIs. Só uma traria os fatos à tona. Uma subcomissão seria formada para tratar do assunto na própria CPI dos Correios, sob a presidência da deputada Denise Frossard – disse.

Simon ainda afirmou lamentar que “o ímpeto inicial dos trabalhos das comissões tenha arrefecido”.

Em apartes, o presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), e o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), garantiram que aquela comissão de inquérito entregará um relatório final até 25 de abril.

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Mão Santa (PMDB-PI), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN) também participaram do debate.

Maioria do PT é honrada e honesta, afirma Eduardo Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) exigiu ontem que os críticos do Partido dos Trabalhadores parem de estender a toda a agremiação os erros cometidos por alguns de seus membros. Segundo o parlamentar, a maioria dos integrantes do partido zela pelo bom trato da coisa pública e a honestidade na vida pessoal.

Suplicy lembrou que acabara de chegar de uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, onde o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) havia classificado o PT como “adjetivos não adequados”, respondidos com energia pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente do partido em Mato Grosso.

No Plenário do Senado, re-

clamou o senador, alguns parlamentares, como Mão Santa (PMDB-PI), acusam o PT de ser “o partido dos banqueiros”, por causa das altas taxas de juros. Eduardo Suplicy exortou-os a mudarem esses termos, mas disse que está lutando internamente para que as taxas de juros caiam ainda mais.

Em resposta, o senador Mão Santa aconselhou o PT a expulsar da legenda aqueles comprometidos com a política de juros altos.

Aeronaves brasileiras

Suplicy também abordou em seu discurso as negociações para a compra de aviões militares brasileiros pela Venezuela. O senador sugeriu que o Itamaraty



Suplicy aconselha mudança nos termos utilizados pelos críticos do PT

promova um encontro entre os governos do Brasil, da Venezuela e dos Estados Unidos, a fim de que os norte-americanos, fabricantes dos motores que equipam os aviões Tucano, tranquilizem-se quanto à utilização das aeronaves. A Venezuela pode comprar 20 Super-Tucano para treinamento de pilotos e ataques leves.



Para Fernando Bezerra, até o BC concorda em acabar com a cobertura de câmbio

Fernando Bezerra defende projeto de reforma cambial

Em reação às primeiras críticas feitas ao projeto de lei complementar que trata da reforma cambial (PLS 32/06), o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) – que apresentou a proposição na semana passada, juntamente com o presidente do Senado, Renan Calheiros – disse que o mérito do projeto é abrir a discussão sobre o assunto.

– Não temos a pretensão de ter apresentado o melhor projeto. Por isso, vamos ouvir todo mundo – afirmou Bezerra.

Segundo ele, até o Banco Central (BC) concorda em acabar com a chamada “cobertura cambial”, ou seja, a exigência de que todo pagamento de importações passe pelo BC, mesmo que o empresário tenha dólares no exterior, obtidos com exportações, capazes de pagar a importação.

– A preocupação do Banco Central é com o nosso sistema financeiro. Não há falta de dólares, não temos crise cambial. Então, por que continuar onerando um empresário com 3% ou 4% na operação cambial? No competitivo mercado internacional, esse percentual pode ser a diferença entre aumentar ou reduzir exportações – sustenta.

O projeto vai passar por duas comissões nos próximos meses, quando será discutido na parte jurídica e econômica. Os autores já decidiram promover audiências públicas antes das votações, ouvindo não só o Banco Central e os exportadores, mas também economistas independentes.

Fernando Bezerra, que é ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria e atual líder do governo no Congresso, acha que o maior debate se dará em torno do artigo que permite a qualquer brasileiro abrir contas em dólares em bancos brasileiros, desde que o dinheiro venha do exterior. O Banco Central é contra. Bezerra diz que, como “ninguém vai pôr a mão nos dólares”, a princípio ele não vê problemas na abertura dessas contas.

Conheça o Senado Federal.
Você também vai se encantar.

“...um convite à imaginação, às formas novas e belas, capazes de surpreender e emocionar pelo que representam de novo e criador.”

Oscar Niemeyer



Célio Azevedo



Área a ser inundada foi reduzida e local da barragem foi mudado, destaca Luiz Otávio

Luiz Otávio destaca ajustes em projeto de hidrelétrica

Com capacidade de geração de energia superior a 11 mil megawatts, a hidrelétrica de Belomonte, em Altamira (PA), já está com o projeto pronto para execução. O anúncio foi feito em Plenário, ontem, pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que destacou alguns ajustes feitos no projeto original. Uma das principais mudanças foi a redução da área a ser inundada para 400 quilômetros quadrados, o correspondente a um terço da prevista inicialmente. A revisão dessa meta não afetou, entretanto, o potencial hidrelétrico da obra.

Outra modificação foi a alteração do local da barragem, o que deverá permitir aproveitamento máximo da capacidade hídrica do rio Xingu, com menos degradação ambiental e agressão às comunidades indígenas da região. Luiz Otávio informou ainda que emenda de bancada ao Orçamento da União assegurou R\$ 200 milhões para a conclusão das eclusas de Tucuruí.

Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu a retirada da madeira da área a ser inundada por Belomonte, exportando-se o material nobre e aproveitando-se o restante para geração de energia.

Matérias na CAE

Luiz Otávio também deu alguns informes sobre o trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da qual é presidente. Inicialmente, comunicou a chegada ao Senado de projeto de lei da Câmara que cria a Super Receita, resultado da fusão das secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária. Relatada pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), a matéria será submetida a audiência pública na comissão.

Em seguida, disse que a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy virá novamente à CAE no dia 21 de março, às 10h, para prestar esclarecimentos sobre eventuais irregularidades no aditamento de contrato da prefeitura com a Eletropaulo, realizado em 2004 no âmbito do programa Reluz.

Líder do PFL lembra que projeto de lei da Câmara beneficia produtores rurais do Nordeste e salienta que não houve interesse do Senado em beneficiar "os grandões"

Agripino critica veto presidencial à renegociação de dívidas rurais

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, criticou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo anúncio de que vetará o projeto que autoriza a renegociação das dívidas de produtores rurais do Nordeste (PLC 142/05), aprovado pelo Senado na última terça-feira. Agripino recordou que a matéria foi aprovada por consenso na Câmara dos Deputados e, no Senado, por votação simbólica, sem que a base do governo objetasse pedindo a realização de votação nominal.

– Eu nunca vi o governo anunciando um veto com tanta rapidez e com tanta "raivosidade". Não adianta o presidente Lula se dizer nordestino se no dia seguinte anuncia que vai vetar – criticou Agripino.



Agripino: argumento de que proposta beneficia grandes produtores é falácia

O parlamentar chamou de falácia o argumento do governo para justificar o veto, de que o projeto beneficiaria 519 grandes produtores, acarretando gasto público de R\$ 6 bilhões. Agripino disse que propôs a retirada dos grandes

produtores do projeto em reunião de líderes e no Plenário, não tendo obtido, informou, resposta do governo. O senador explicou que não havia interesse do Senado em beneficiar "os grandões". Ele pediu que o governo edite medida provisória que exclua os grandes produtores e mantenha as condições para os pequenos ou, caso contrário, que o Congresso derrube o veto presidencial.

O discurso de José Agripino recebeu manifestações de apoio dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Mão Santa (PMDB-PI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Heráclito Fortes (PFL-PI), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Alberto Silva (PMDB-PI), José Maranhão (PMDB-PB) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Mão Santa: Congresso deve defender repactuação de débitos

Mão Santa (PMDB-PI) disse, ontem, lamentar declaração do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), segundo a qual o presidente Lula vai vetar o Projeto de Lei da Câmara 142/05. A proposta, que trata da repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), está pendente da sanção presidencial para ser convertida em lei.

O senador lembrou que o projeto, aprovado pelo Plenário na terça-feira, foi amplamente defendido no Senado, tendo recebido apenas quatro votos contrários, um deles de Mercadante.

– O Congresso tem de frear o Executivo. Se o presidente vetar, temos de ter altivez e derrubar o veto – afirmou, conclamando os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, a defenderem os interesses dos agricultores nordestinos.

Mão Santa frisou que a aprovação da proposta foi resultado de uma luta de todos os parlamentares do Nordeste, visando defender os pequenos produtores rurais da região – que vivem de agricultura familiar –, cuja produção foi prejudicada pela seca. Segundo o parlamentar, os agricultores são pobres e não têm como pagar juros aos banqueiros.

– Enquanto uma água Perrier

Roosevelt Pinheiro



"Se o presidente vetar, temos de ter altivez e derrubar o veto", propõe Mão Santa

custa R\$ 6,50, o litro de leite custa R\$ 0,75. Uma saca de 60 quilos de milho custa R\$ 15 e uma de arroz, R\$ 20. Como é que esse agricultor vai pagar juros de bancos? – questionou, demonstrando preocupação com as terras do homem do campo, que podem vir a ser ameaçadas sem a renegociação das dívidas.

Programa do Leite está comprometido, alerta Maranhão

José Maranhão (PMDB-PB) protestou, ontem, contra a Resolução 16 do Programa do Leite do governo federal. De acordo com o senador, a resolução inviabiliza a produção daqueles que fornecem mais de 30 litros de leite por dia ao programa.

A norma editada pelo governo, afirmou José Maranhão, alterou



Maranhão protesta contra resolução que mudou limites para agricultores

o Decreto 4.772, de 2003, que estipulava o limite de R\$ 2.500 para pagamento mensal a cada agricultor para o fornecimento

de até cem litros de leite. A nova resolução, informou, estipulou esse limite como semestral. O senador pediu que o governo atenda às reivindicações de associações e cooperativas de agricultores para que o limite de pagamento semestral de R\$ 2.500 seja substituído pela cota máxima de cem litros por dia para cada produtor.

– Tal medida garantiria a continuidade do programa e o retorno dos investimentos por parte daqueles que acreditaram na atual administração federal.

Roosevelt Pinheiro



Governo não encampa medidas favoráveis à região, diz Mozarildo

Mozarildo cobra apoio para propostas que beneficiam o Norte

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou do governo, ontem, mais atenção para a Amazônia. O parlamentar reclamou que vários projetos de sua autoria, com medidas favoráveis ao desenvolvimento da região, não foram aprovados ainda por falta de apoio do governo. Entre essas medidas, das quais algumas já tramitam na Câmara, estão a destinação de recursos para o ensino superior nos estados do Norte, a criação de colégios militares e escolas agrotécnicas e a divisão dos estados do Amazonas, do Pará e de Mato Grosso em novas unidades territoriais.

– Nós ficamos marcando passo no litoral e não avançamos rumo ao interior para desenvolver o país de maneira harmônica – alertou o senador.

A Proposta de Emenda à Constituição 16/02 destina percentual da 0,5% de tudo o que for arrecadado com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados para o investimento em instituições federais de ensino superior na Amazônia. O Projeto de Lei do Senado 211/02 autoriza o Executivo a criar dois colégios militares na região Norte: um na capital de Roraima, Boa Vista, e outro na capital acreana, Rio Branco. Segundo Mozarildo, atualmente só existe um colégio desse tipo na região, no Amazonas.

Ainda na área de educação, existem 14 projetos autorizando o Executivo a criar escolas agrotécnicas em Roraima. O parlamentar esclareceu que elas podem beneficiar os filhos de colonos assentados pelo Incra, capacitando-os para o trabalho agrícola com técnicas modernas.

Há também, lembrou Mozarildo Cavalcanti, projeto de decreto legislativo (PDS 682/04) que susta os efeitos de portaria do Departamento de Aviação Civil facilitando a concessão de descontos nas tarifas por parte das companhias aéreas que operam vôos regionais.

MP vai melhorar a perícia médica na Previdência, diz Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou, em Plenário, o início da tramitação no Senado da Medida Provisória (MP) 272, que reestrutura carreiras da Previdência Social. O senador ressaltou que a proposição deve melhorar as condições da perícia médica, que sempre foi “o principal gargalo” no atendimento à população. Ele apelou aos senadores para que aprovem a matéria na próxima semana.

Jucá também destacou o êxito que a Cooperativa Grão Norte, comandada por Dirceu Vinhal, vem obtendo em Roraima.

– Nós estamos ampliando a discussão no sentido de que



Romero Jucá pede aos senadores que votem a medida na quarta-feira

Roraima efetivamente possa se tornar um grande produtor agrícola e atender tanto ao mercado do Amazonas quanto da Venezuela, da Guiana e do Caribe.

Conforme o senador, está sendo feito um esforço para ampliar a produção da cooperativa. Acrescentou que a nova etapa de crescimento da entidade passa pela regularização fundiária que está sendo implementada no estado.

João Alberto mostra temor com crise em fábrica no Maranhão

A crise social gerada pela recente demissão de mil funcionários da fábrica de papel Itabagé, localizada na cidade maranhense de Coelho Neto, levou o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) a apelar ao governo federal para que intervenha no caso. Segundo disse, a empresa propôs pagar as dívidas trabalhistas em quatro parcelas, mas os trabalhadores rejeitaram a proposta e ameaçam invadir a sede da indústria.

João Alberto informou ter recebido um comunicado do prefeito do município, Magno Bacelar, em que este manifesta o temor de que os demitidos se revoltam e partam para o confronto, com graves consequências para a



João Alberto apela ao governo para que intervenha em busca de uma solução

ordem pública e o patrimônio da empresa. Como já há famílias passando necessidades, cabeças de gado de fazenda do grupo João Santos – proprietário da Itabagé e de 80% das terras do município de Coelho Neto – estão sendo abatidas para aliviar a fome.

– Apelo ao governo federal e ao grupo João Santos para que tomem providências para evitar que a cidade viva uma tragédia irreparável.

Com a rejeição do governo a reestimativa da arrecadação, ampliam-se as dificuldades para Carlito Merss concluir o substitutivo. Relator sofre pressões por mais recursos

Votação do Orçamento poderá ficar para depois do carnaval

Está praticamente afastada a hipótese de votação da Lei Orçamentária da União para 2006 antes do carnaval. O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), admite que há limitações regimentais para que a proposta seja apreciada em sessão conjunta do Congresso até a próxima semana, como previa acordo entre as presidências do Senado e da Câmara. O motivo, como explicou em entrevista à Agência Senado, foi o atraso no exame do relatório com a última reestimativa de receitas, efetivado somente na noite de quarta-feira.

A previsão agora é que o relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC), apresente nesta segunda-feira o parecer final. Para isso, o deputado deve trabalhar no fim da semana. Se publicado até quarta-feira, o relatório terá de cumprir intervalo de três dias antes de ser discutido e votado ainda na comissão.

Com a rejeição manifestada pelo governo à reestimativa de arrecadação inicialmente pretendida pela CMO, ampliam-se também as dificuldades para o relator-geral concluir o substitutivo. A revisão votada na quarta-feira assegura a Merss R\$ 15,2 bilhões em receitas adicionais para atender despesas que vieram sem previsão ou com recursos a menor no projeto do Executivo. A perda foi de R\$ 3,1 bilhões em relação ao indicado inicialmente pelo Comitê de Receitas, com o



Mestrinho vê restrições regimentais para decisão final da CMO na próxima semana

que seria possível cobrir a maior parte dos “furos” identificados.

Pressões

Alguna demanda ficará de fora ou será apenas parcialmente atendida, caso seja mantida a reestimativa aprovada. Por isso, cresceram as pressões de última hora sobre o relator-geral e o governo – que também participa das negociações, pois, do contrário, poderá vetar modificações aprovadas pelo Congresso que considere fora das prioridades do Executivo ou em desequilíbrio.

O lobby mais forte é dos governadores, pela ampliação de recursos relacionados à Lei Kandir. Depois de um pedido inicial de R\$ 10 bilhões para compensar as desonerações tributárias concedidas aos exportadores, agora eles cobram que os repasses aos estados fiquem, ao menos, no patamar do Orçamento de 2005, ou seja, em R\$ 5,2 bilhões. No relatório setorial da Fazenda, estão assegurados, para essa despesa,

R\$ 3,4 bilhões, que já terão de sair do acréscimo da reestimativa.

Para que o relatório da área fosse aprovado, firmou-se acordo visando ao oferecimento de mais recursos para as compensações aos estados na fase do relatório geral. O próprio Merss, no entanto, vem declarando que, na sua lista de prioridades, as compensações da Lei Kandir ficam atrás do salário mínimo, da tabela do Imposto de Renda e do reajuste de servidores federais.

Perdas salariais

Da parte do governo, já foi definido o aumento do salário mínimo para R\$ 350 e um reajuste de 8% na tabela do Imposto de Renda. Com isso, serão consumidos R\$ 6,6 bilhões das receitas extras. Falta definir quanto irá para o reajuste dos servidores, que até agora contam com apenas R\$ 1,5 bilhão já garantido para recompor os salários. Merss pretende reforçar a despesa com mais R\$ 3,5 bilhões, para que todas as categorias possam zerar as perdas inflacionárias acumuladas no atual governo.

Saúde

Outros setores estão envolvidos na disputa do bolo da reestimativa, como a área da saúde. A demanda é por mais R\$ 1,4 bilhão, para gastos com cirurgias em hospitais conveniados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e despesas com remédios de alto valor. As 27 bancadas estaduais também querem recompor os valores das emendas para investimentos nas unidades que representam.

Arrecadação superou reestimativa nos últimos anos

Na ponta do lápis, as demandas por dotações orçamentárias ultrapassam os recursos disponíveis. As perdas terão de ser arbitradas por Carlito Merss no seu relatório final, o que, a princípio, pode criar dificuldades para a aprovação do substitutivo, pois os grupos de pressão contam com apoios no Legislativo. Outra alternativa, admitida por Gilberto Mestrinho, seria assegurar o retorno à reestimativa dos R\$ 3,1 bilhões suprimidos na votação do relatório do Comitê de Receitas.

– O relatório foi votado, mas não quer dizer que não se possa mexer – afirma o presidente da CMO, admitindo como legítima

uma alteração mediante adendo.

A oportunidade para o exame da alternativa, conforme o senador, seria na reunião da CMO da próxima terça-feira. Assim, em sua opinião, as contas poderiam ser fechadas com mais tranquilidade, porém, com o risco de o governo mais uma vez rejeitar a reestimativa de arrecadação, mesmo depois da aprovação final do Orçamento. Isso poderia se dar adiante, com o contingenciamento dos gastos previstos, com base na avaliação de que as receitas não se realizarão por inteiro.

Na prática, contudo, as reestimativas aprovadas pelo Con-

gresso, em anos recentes, vêm sendo superadas. Como exemplo, em 2004, o governo fechou a proposta orçamentária com uma previsão global para as receitas administradas – geridas pela Receita Federal, excluída, portanto, a arrecadação das contribuições previdenciárias e outros tributos, como taxas cobradas por órgãos públicos – de R\$ 274,4 bilhões e a proposta final, aprovada pelo Legislativo, subiu os valores para R\$ 279,9 bilhões. Porém, a arrecadação durante o exercício orçamentário alcançou o montante de R\$ 286,8 bilhões, com acréscimo de 2,4% sobre os números constantes no projeto aprovado.



Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) foi homenageado ontem, em seu gabinete, com a Comenda do Mérito Maçônico, como reconhecimento aos “relevantes serviços prestados em favor do desenvolvimento da região amazônica e do Brasil”. Coube ao presidente da Confederação Maçônica do Brasil (Comab), Antônio do Carmo Ferreira, acompanhado por vários maçons, fazer a entrega da condecoração.

“Mesmo treinado para lidar com emoções, por ser obstetra, não deixo de me comover com esta situação”, disse Mozarildo.

Entre os projetos votados no período, o senador destaca as mudanças na tramitação das MPs e as novas regras para doações a fundos de apoio a crianças e adolescentes

Tourinho aponta saldo positivo da convocação extraordinária

Apesar da polêmica em torno da convocação extraordinária do Congresso e do pagamento de remuneração extra aos parlamentares nesse período, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) considerou o resultado dos trabalhos bastante positivo. Como exemplo, Tourinho citou as proposições que definiram novas regras para a convocação extraordinária, diminuindo o recesso parlamentar e acabando com o pagamento adicional a deputados e senadores. Ele chamou a atenção ainda para a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera o rito de tramitação das medidas provisórias. Em entrevista à Agência Senado, o senador fez um balanço dos principais projetos discutidos ou aprovados no período.

Baiano de Salvador, Tourinho, apesar de estar no seu primeiro mandato – ele assumiu em 2003, por ser primeiro suplente do então senador Paulo Souto, eleito governador da Bahia –, foi relator da PEC Paralela da Previdência e é autor de projeto que concede aposentadoria às donas-de-casa. Na convocação, foi relator da proposta que facilitou as doações para os fundos em defesa dos direitos da criança e do adolescente e da PEC que permitiu a contratação de agentes de saúde sem a necessidade de concurso público.

Na sua opinião, qual foi o principal projeto aprovado na convocação extraordinária?

Tourinho – A questão das medidas provisórias. Do jeito que está, elas são uma continuação do decreto-lei do tempo da ditadura. O Congresso Nacional cumpre seu objetivo ao pôr um fim nessa história, porque elas usurpam os poderes do Legislativo, trancam a pauta do Plenário e atrapalham nossos trabalhos. Além disso, quando as medidas provisórias chegam no Senado, já estão no prazo limite e não há tempo hábil para discuti-las com o destaque que merecem. Mas, mesmo assim, somos obrigados a votá-las porque trancam a pauta do Plenário e prejudicam a votação de outros projetos importantes.



Redução do recesso demonstra avanço, diz Tourinho

As novas regras para a tramitação de medidas provisórias são boas?

Tourinho – As novas regras são fundamentais para o bom funcionamento do Congresso e para que ele possa cumprir efetivamente a sua missão de legislar, que está sendo muito tomada pelo Executivo. O problema não é só desse governo. Isso já vinha acontecendo há muito tempo.

O Congresso também reduziu o recesso parlamentar de 90 para 55 dias e acabou com o pagamento do salário extra...

Tourinho – Isso foi extremamente importante e positivo e já tinha que ter sido feito antes, mas houve muitos outros avanços nessa convocação extraordinária, como a questão da regulamentação das doações para os fundos dos direitos da criança e do adolescente, da qual fui relator. Agora, vai ficar mais fácil deduzir do Imposto de Renda essas doações.

A principal mudança é que, a partir da entrada em vigor do projeto, as pessoas físicas vão poder fazer doação até no momento em que fazem a declaração, porque não dá para fazer uma doação hoje, pensando em abatimento, se as regras mudam a cada ano. O projeto volta para a Câmara, pois foram feitas alterações no Senado, mas como já há acordo com o governo, acredito que logo será aprovado e sancionado.

O senhor destacaria outro projeto importante votado na convocação extraordinária?

Tourinho – A questão da contratação dos agentes comunitários da saúde por seleção pública em vez de concurso, proposta da qual também fui relator, foi outra vitória, porque envolve cerca de

260 mil profissionais em todo o Brasil, que trabalham com medicina preventiva nas comunidades em que residem. Os hospitais, hoje, não têm a menor condição de atender a toda a população; portanto, o trabalho desses agentes, que são o elo entre o SUS (Sistema

Único de Saúde) e a população, é fundamental. Eles têm que ser contratados por processo seletivo porque o concurso não admite discriminação, como a exigência de morar nas comunidades em que trabalham. É um novo regime jurídico que se cria, em situação especial, mas tem que ter regras claras e rígidas para que não permita nenhum tipo de corrupção.

Outro projeto de sua autoria que não chegou a ser votado, mas foi bastante discutido, é o que cria o marco regulatório para o gás natural. Por que ele não foi votado?

Tourinho – É um projeto muito complexo e precisa ser bem discutido, mas a convocação extraordinária deu o tempo necessário e a visibilidade para que houvesse essa discussão. Temos que ter cuidado com projetos polêmicos, para que eles não sejam aprovados no Congresso e depois vetados pelo Executivo.

Sobre esse assunto, o Congresso aprovou projeto que permite a renegociação de dívidas dos agricultores do Nordeste afetados pela seca, mas o governo já anunciou que pretende vetá-lo...

Tourinho – Esse projeto é extremamente importante, embora eu discordo da forma como será feita a renegociação das dívidas. Tem de haver uma solução imediata para a questão, pois os agricultores estão passando por muitas dificuldades com a seca. É preciso que a Receita Federal e o Ministério da Fazenda tenham mais sensibilidade, porque não se pode tratar o Nordeste dessa forma, discutindo um assunto durante tanto tempo para depois o governo vetá-lo.

Para Cristovam, mensagem presidencial foi frustrante

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem que ficou frustrado com a mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva lida na abertura dos trabalhos do ano legislativo. Para o senador, era preciso que Lula apontasse a diferença entre seu governo e os anteriores, o que não ocorreu.

– Ele tentou mostrar que era mais do que os anteriores, mas não diferente – lamentou.

Na avaliação de Cristovam, Lula está assumindo uma posição de gerente do Brasil, como os mandatários anteriores, tentando administrar as mesmas coisas.

– Mas o Brasil não está precisando de gerentes; necessita de um cuidador, como um pai de família – afirmou.

O senador considera que a nação é uma família e não uma empresa. Para ele, a diferença entre o gerente e o pai de família é que aquele apenas administra, enquanto este administra mas também cuida da família.

– O documento lido ontem [quarta-feira] foi o relatório de um gerente e não de um condutor que quer mudar o país – criticou



"O Brasil está precisando de um cuidador, não de gerentes", afirma Cristovam

o parlamentar.

Cristovam Buarque disse ainda que a mensagem presidencial teve o efeito de acabar com toda a possibilidade do sonho, acrescentando que a reeleição do presidente vai servir para quebrar de vez com o mito Lula. O senador frisou que, apesar de sua tristeza com essa constatação, ainda não chegou ao sentimento da desesperança porque, em sua opinião, "os não satisfeitos não devem voltar ao passado, mas saltar para o futuro".

Em apertados, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Mão Santa (PMDB-PI) apoiaram o discurso de Cristovam.

Taxa de juros faz do Brasil "paraíso dos bancos", diz Alvaro

"O Brasil é o paraíso terrestre dos bancos e banqueiros", afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR), ao comentar dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgados pela *Folha de S. Paulo*, segundo os quais o Brasil é o que tem a maior taxa de juros, entre 107 países pesquisados.

Essa informação, observou, contrasta com a "comemoração indevida" por parte do governo, de um crescimento econômico satisfatório. Alvaro lamentou o fato de, na América Latina, o crescimento brasileiro só superar o do Haiti, "país cuja situação está diariamente exposta nas televisões, com seu drama, sua miséria e sua violência".

O senador criticou ainda a mensagem presidencial enviada ao Congresso, que teria "contornos típicos de ensaio de campanha".

Questionamento

O parlamentar disse ainda que, "como brasileiro inconformado", se vê na obrigação de questionar o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre a real situação da economia. O senador considera o crescimento brasileiro "pífio" e as razões para



Alvaro critica MP que reduz tributação sobre investimentos estrangeiros

isso, segundo os economistas, seriam a pesada carga tributária, a ausência de investimentos públicos, "por incompetência lastimável na execução orçamentária", e as altas taxas de juros.

Alvaro lembrou que, no segundo semestre de 2005, a taxa real de juros foi de 44,7% ao ano, semelhante à de países africanos como Angola, Gabão e Moçambique. Afirmou ainda que na Argentina a taxa real é negativa, e mesmo o Haiti, com todos os seus problemas, tem taxa menor que a brasileira, de 13,1% ao ano.

Alvaro censurou a edição da Medida Provisória 281, que reduz a tributação sobre investimentos estrangeiros no Brasil e também os isenta da cobrança de CPMF. Para ele, o governo "governa para os estrangeiros, edita MP sem pressupostos de urgência e relevância, e ainda subestima seu impacto sobre a economia".